

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## ORDEM DO DIA Nº 032/2017 SESSÃO ORDINÁRIA - 28/08/2017

- 1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 017/2017 - JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Denomina de "João Pedro Alves dos Santos", a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina. Processo nº 14700.
- 2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 038/2017 - MARIA DO CARMO GUILHERME E HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT** - Denomina o "156" da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de "Cidinha do 156". Processo nº 14733.
- 3 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 040/2017 - LUCIANO FEITOSA DE MELO** - Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providências. Processo nº 14735.
- 4 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 048/2017 - JOSÉ CLAUDINEI PAIVA** - Dispõe sobre a proibição de animais de grande porte circular soltos pelas vias do Município de Rio Claro. Processo nº 14745.
- 5 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 058/2017 - JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal a conceder permissão de uso à iniciativa privada para instalação, manutenção e exploração publicitária para as placas indicativas, de nomes de ruas, avenidas e praças, no município de Rio Claro. Processo nº 14758.
- 6 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 062/2017 - ANDRÉ LUIS DE GODOY** - Institui o mês "Maio Amarelo", dedicado à ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito. Processo nº 14764.
- 7 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 072/2017 - JOSÉ CLAUDINEI PAIVA** - Prevê na Rede Municipal de Saúde Agendamento Telefônico de Consultas para Pessoas Idosas, com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida. Processo nº 14777.
- 8 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 073/2017 - JOSÉ CLAUDINEI PAIVA** - Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 3563 de 20 de setembro de 2005. Processo nº 14778.
- 9 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 090/2017 - YVES RAPHAEL CARBINATTI RIBEIRO** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos adaptados para pessoas com deficiência nos eventos realizados no Município. Processo nº 14805.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

10 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 095/2017 - LUCIANO FEITOSA DE MELO** - Altera o Artigo 4º e inclui o Artigo 5º da Lei nº 524, de 12 de Junho de 1957. Processo nº 14811.

11 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 096/2017 - ANDRÉ LUIS DE GODOY** - Institui o Programa "Adote o Esporte" e dá outras providências. Processo nº 14812.

12 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 097/2017 - JOSÉ CLAUDINEI PAIVA** - Dispõe sobre a criação da Central de Achados e Perdidos - CAP, no Município de Rio Claro. Processo nº 14813.

13 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 162/2017 - PAULO ROGÉRIO GUEDES E JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som, portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados, parados ou em movimentação nas vias e logradouros públicos que venham perturbar sossego público e dá outras providências. Processo nº 14889.

14 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 079/2017 - JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Digital de Identificação das árvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do Município de Rio Claro, com a utilização de aplicativo de internet e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 079/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 098/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 093/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural e Meio Ambiente nº 038/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 065/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 080/2017 - pela aprovação. Processo nº 14785.

15 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 091/2017 - ANDRÉ LUIS DE GODOY** - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lâmpadas de LED (diodo emissor de luz) na rede de iluminação pública em novos loteamentos, empreendimentos imobiliários, praças e departamentos públicos no Município de Rio Claro. Parecer Jurídico nº 091/2017 - pela legalidade com ressalvas. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 102/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 066/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural e Meio Ambiente nº 041/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 088/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 066/2017 - pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES.** Processo nº 14806.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

16 - Discussão e Votação Única do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/2017 - PAULO MARCOS GUEDES** - Acrescenta o inciso IV no Artigo 84 da Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006. Parecer Jurídico s/nº - pela legalidade. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES.** Processo nº 14717.

17 - Discussão e Votação Única do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/2017 - DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI** - Concede o "Título de Cidadão Emérito" ao Senhor Manoel José Silva, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro. Parecer Jurídico s/nº - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 113/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 080/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 073/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 117/2017 - pela aprovação. Processo nº 14845.

+++++

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 017/2017**

PROCESSO Nº 14700

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Denomina de “João Pedro Alves dos Santos”, a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpidio Mina).**

Artigo 1º - Fica denominada de “João Pedro Alves dos Santos”, a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpidio Mina.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 19 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 - 2/3.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 038/2017**

PROCESSO Nº 14733

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Denomina o "156" da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de "Cidinha do 156").**

Artigo 1º - Fica denominado o "156" da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de "Cidinha do 156".

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 19 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 - 2/3.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 040/2017

PROCESSO Nº 14735

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

## PROJETO DE LEI

**(Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providências).**

Art. 1º - Fica instituída a "Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego" a ser realizada, anualmente, na última semana do mês de Outubro.

Art. 2º - Na semana a que se refere o art. 1º desta Lei, as escolas públicas municipais poderão realizar atividades destinadas a orientação profissional dos alunos devidamente matriculados na 8ª série do ensino fundamental.

Art. 3º - O conjunto de atividades mencionadas no art. 2º desta Lei tem o objetivo de:

I - informar aos estudantes quais são as principais profissões existentes no mercado de trabalho e seus requisitos para ingresso;

II - esclarecer os estudantes a respeito das atribuições e tarefas das principais profissões existentes no mercado de trabalho;

III - apresentar e esclarecer dúvidas acerca da Lei 10.097/2.000, conhecida como, Lei da Aprendizagem;

IV - esclarecer dúvidas sobre os contratos de aprendizagem;

V - informar sobre as agendas, associações profissionalizantes, programas, órgãos e/ou entidades que incentivam a contratação de menores aprendizes.

Art. 4º - As atividades consistirão em exposições durante as aulas, palestras, entrevistas, discussões em grupos e demais recursos didáticos disponíveis.

Art. 5º - Para a melhor consecução dos objetivos da "Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego", o Poder Executivo poderá outorgar a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a entidade escolar, que poderão convidar profissionais de várias áreas para proferirem palestras, discorrendo sobre as suas experiências profissionais, bem como realizar atividades pedagógicas em conjunto com os professores, alunos e demais convidados.

Art. 6º - Para execução da presente Lei deve-se privilegiar ações que não impliquem ônus para o Poder Público Municipal.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 8º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 - Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 048/2017

PROCESSO Nº 14745

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Dispõe sobre a proibição de animais de grande porte circular soltos pelas vias do Município de Rio Claro).**

Artigo 1º - A permanência de animais nas vias e logradouros públicos é de total responsabilidade de seus respectivos donos, não podendo transitar sem a presença de um responsável.

Artigo 2º - Os animais que forem encontrados soltos ficarão apreendidos pelo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o qual, se não reivindicada sua propriedade com documentos para a sua comprovação e sendo estes economicamente apreciáveis, serão submetidos à leilão a ser procedido nos termos da Lei nº 8.666/93.

Artigo 3º - Fica sugerido que o animal apreendido poderá ser examinado por médico veterinário e sendo portador de zoonose epidêmica (que implique risco para a saúde pública) poderá ser eutanasiado mediante laudo, e caso seja portador de zoonose sanável, e dispondo o estabelecimento de meios, o tratamento adequado poderá ser aplicado.

Parágrafo Único - Animais com características de maus-tratos não serão devolvidos aos proprietários, até que seja feita apuração policial.

Artigo 4º - Para reaver o animal apreendido, o proprietário deverá recolher aos cofres públicos municipais o valor da multa, bem como deverá ressarcir à Administração Pública os gastos por ela suportados em razão da alimentação, higiene, transporte, estadia e cuidados médicos despendidos com o animal.

Parágrafo Único - O valor da Multa será estipulado pelo Poder Executivo.

Artigo 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 - Maioria Absoluta.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 058/2017

PROCESSO Nº 14758

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal a conceder permissão de uso à iniciativa privada para instalação, manutenção e exploração publicitária para as placas indicativas, de nomes de ruas, avenidas e praças, no município de Rio Claro).**

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder permissão de uso à iniciativa privada para instalação, manutenção e exploração publicitária nas placas indicativas, de nomes de ruas, avenidas e praças, no Município de Rio Claro.

Parágrafo Primeiro - A permissão do uso de espaço publicitário será sobre o modelo padrão de equipamento urbano, denominado "placa de indicação de ruas, avenidas e praças", cujas especificações técnicas poderão ser definidas pela Secretaria Municipal competente.

Parágrafo Segundo - As placas poderão ser colocadas nas esquinas das vias públicas e praças, indicadas pela Secretaria Municipal competente, obedecidas às especificações.

Artigo 2º - Podem ser permissionárias as pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas no Município de Rio Claro.

Artigo 3º - A permissão para instalação, manutenção e exploração publicitária de que trata a presente Lei será precedida de licitação, para cada placa ou lote delas, utilizando-se como forma de julgamento da proposta o pagamento do maior valor de outorga.

Artigo 4º - Como contrapartida do investimento privado, ficam os permissionários autorizados, pelo prazo de cinco anos, vedada a prorrogação, a explorar e veicular publicidade no modelo padrão de equipamento urbano.

Artigo 5º - A permissão de uso para explorar comercialmente das placas de identificação das ruas, avenidas e praças será condicionada ao fornecimento das placas, bem como à instalação, manutenção, limpeza e substituição quando se fizer necessária, com todos os ônus a Contratada.

Parágrafo Único - Fica expressamente proibida a divulgação com conteúdo eleitoral, tabagista, bebidas alcoólicas, exploração sexual e quaisquer outros produtos nocivos à saúde ou atentatórios à legislação em vigor, à moral e aos bons costumes.

Artigo 6º - Será vedado às permissionárias vencedoras dos processos licitatórios referidos nesta Lei, transferir, ceder, locar sublocar ou delegar a outro patrocinador, o objeto lícito, sem a devida permissão do Poder Executivo.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

---

Artigo 7º - Encerrado o prazo de cinco anos, qualquer benfeitoria executada nas placas, objeto desta Lei, integrará o patrimônio público, não tendo o permissionário direito de retenção ou indenização a qualquer título.

Artigo 8º - O Termo de Parceria poderá ser acompanhado e controlado pelas Secretarias Competentes, designada pelo Poder Executivo, de modo que o objeto desta Lei não venha a ser desvirtuado ou causar prejuízo ao interesse público.

Artigo 9º - O Poder Público poderá regulamentar à presente Lei.

Artigo 10 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1890/1984.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 -  
Maioria Absoluta.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 062/2017**

PROCESSO Nº 14764

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Institui o mês "Maio Amarelo", dedicado às ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito).**

Art. 1º - Fica instituído no Município de Rio Claro-SP, o mês "Maio Amarelo", dedicado às realização de ações preventivas à conscientização para a redução de acidentes de trânsito.

Parágrafo Único - Fica mantida a "Semana de Conscientização e Educação no Trânsito", que acontece no mês de setembro de cada ano, instituída pela Lei Municipal nº 3524/2005.

Art. 2º - No mês "Maio Amarelo", o Poder Público, em cooperação com a iniciativa privada e com entidades civis, realizarão campanhas de esclarecimentos e outras ações educativas e preventivas visando à redução de acidentes, priorizando:

- I - estimular a adesão de toda a sociedade no compromisso de cidadania e respeito ao trânsito;
- II - promover discussões e debates, iniciativas, convocando todos a exercitar a cidadania em prol de um trânsito mais seguro;
- III - propagar a importância de uma conduta lícita, respeitosa e prudente no trânsito;
- IV - incluir nos eventos, calendários, ações e atividades que forem realizados no decorrer do mês, e do ano, informações, dicas, estímulos e mensagens educativas de trânsito, respeito e prudência, valorizando a conscientização de toda sociedade.

Art. 3º - Esta Lei poderá ser regulamentada através de Decreto Municipal

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares, se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 -  
Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 072/2017

PROCESSO Nº 14777

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Prevê na Rede Municipal de Saúde Agendamento Telefônico de Consultas para Pessoas Idosas, com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida).**

Artigo 1º - Toda pessoa idosa, com deficiência ou com mobilidade reduzida, poderá agendar consultas na Rede Municipal de Saúde por telefone.

§ 1º - Para os efeitos dessa Lei considera-se:

I – Pessoa idosa, aquela com idade igual ou Superior a 60 anos, conforme Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741 de 01 de Outubro de 2003);

II – Pessoa com deficiência, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial conforme o Estatuto da pessoa com deficiência (Lei Federal nº 13.146, de 06 de Julho de 2015);

III – Pessoa com Mobilidade Reduzida, aquela que apresenta por qualquer motivo dificuldades de movimentação permanente ou temporária, gerando redução de mobilidade da flexibilidade da coordenação motora que dá percepção, incluindo-se gestante, lactante, pessoa com criança no colo e obeso, conforme definição do Estatuto da pessoa com deficiência.

Artigo 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei por Decreto.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Artigo 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 - Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 073/2017

PROCESSO Nº 14778

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005).**

Artigo 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005 passa a ter a seguinte redação:

*“Artigo 1º - Fica criado no Município de Rio Claro um banco de remédios doados intitulado “Saúde Solidária”, que funcionará no órgão estabelecido pelo Poder Executivo, por meio de Decreto Municipal”.*

Artigo 2º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005 passa a ter a seguinte redação:

*“Artigo 2º - Serão aceitos todos os tipos de remédios, incluindo amostras grátis e cartelas usadas, sendo que o Banco de Remédios será formado por um estoque de medicamentos doados, inclusive de uso veterinário, de preferência com as respectivas embalagens e bulas.*

*Parágrafo Único - Os medicamentos vencidos também poderão ser arrecadados, visando o descarte de forma correta, evitando a contaminação do solo e do lençol freático do Município, como também contribuindo para evitar acidentes pelo uso indevido dos mesmos.”*

Artigo 3º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005 passa a ter a seguinte redação:

*“Artigo 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar uma campanha de doação de remédios, buscando conscientizar a população da sua importância, por meio de campanhas publicitárias e visitas às empresas e residências”.*

Artigo 4º - O artigo 4º da Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005 passa a ter a seguinte redação:

*“Artigo 4º - A formação dos estoques, classificação, verificação do conteúdo e prazo de validade devem ser desempenhados por profissionais da área médica ou farmacêutica, sendo que os remédios devem ser controlados através de seus respectivos nomes genéricos e devem ter uma relação de similaridade nominal.”*

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 5º - O artigo 5º da Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005 passa a ter a seguinte redação:

*“Artigo 5º - O munícipe que pretender retirar os medicamentos do Banco de Remédios deverá apresentar a respectiva receita médica, comprovando a necessidade de uso da medicação”.*

Artigo 6º - O artigo 6º da Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005 passa a ter a seguinte redação:

*“Artigo 6º - Caso haja sobras de embalagens, sacolas ou outros materiais descartáveis, os mesmos deverão ser encaminhados para o serviço de reciclagem municipal”.*

Artigo 7º - Acrescenta o artigo 7º à Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005, que terá a seguinte redação:

*“Artigo 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber”.*

Artigo 8º - Acrescenta o artigo 8º à Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005, que terá a seguinte redação:

*“Artigo 8º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias”.*

Artigo 9º - Acrescenta o artigo 9º à Lei Municipal nº 3563, de 20 de setembro de 2005, que terá a seguinte redação:

*“Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.*

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 -  
Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 090/2017

PROCESSO Nº 14805

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos adaptados para pessoas com deficiência nos eventos realizados no Município).**

Art. 1º - Nos eventos realizados no Município de Rio Claro/SP em que haja colocação de banheiros químicos, será obrigatória a instalação de banheiros adaptados às necessidades de pessoas com deficiência.

Art. 2º - O uso do banheiro químico adaptado será de exclusividade de pessoas com deficiência, exceto acompanhante, quando estiver assistindo àquele.

Art. 3º - A quantidade de banheiros adaptados a ser instalado, será de 10% (dez por cento) do quantitativo de banheiros a serem instalados, com número mínimo de 01 (um).

Parágrafo Único - Caso o evento seja subdivido em mais de um setor (como camarotes e área vip), cada área deverá possuir ao menos um banheiro adaptado respeitando a porcentagem estipulada no *caput*.

Art. 4º - O infrator do disposto na Lei fica sujeito à multa de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Rio Claro por cada banheiro adaptado não instalado, considerando o quantitativo proporcional estabelecido no Art. 3º.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber, estabelecendo o órgão responsável por lavrar e aplicar a multa prevista no artigo 4º desta Lei.

Art. 6 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 -  
Maioria Simples.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 095/2017**

PROCESSO Nº 14811

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Altera o Artigo 4º e inclui o Artigo 5º da Lei nº 524, de 12 de Junho de 1957).**

Artigo 1º - Altera o artigo 4º da Lei nº 524, de 12 de Junho de 1957, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar ou modificar os lugares e horários de funcionamento das feiras livres no Município de Rio Claro.

§ 1º - As feiras livres que atualmente funcionam no Município, no período matutino, são as seguintes:

- a) Feira Livre do São Benedito;
- b) Feira Livre do Cervezão.

§ 2º - O Poder Executivo fica autorizado, respeitando o interesse da coletividade, a criar novos espaços para o funcionamento das feiras livres, podendo autorizar também o seu funcionamento nos seguintes bairros:

- a) Jardim Novo Wenzel;
- b) Parque Mãe Preta;
- c) Bairro Terra Nova;
- d) Bairro Jardim Maria Cristina;
- e) Bairro Jardim Portugal".

Artigo 2º - Inclui o Artigo 5º na Lei Municipal nº 524, de 12 de Junho de 1957, ficando o mesmo com a seguinte redação:

"Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 -  
Maioria Simples.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 096/2017**

PROCESSO Nº 14812

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Institui o Programa “Adote o Esporte” e dá outras providências).**

Artigo 1º - Fica instituído no Município de Rio Claro o Programa “Adote o Esporte” que estabelecerá ações do Poder Público, em parceria com a iniciativa privada e a população em geral, no sentido de suprir recursos destinados à conservação, manutenção, adequação e ampliação das áreas esportivas, bem como a aquisição de uniformes e materiais esportivos, nos quais serão divulgados logotipo do colaborador.

Artigo 2º - O Poder Executivo fica autorizado a firmar parceria com o Setor Privado, Instituições legalmente estabelecidas, empresas, Terceiro Setor e munícipes interessados em participar do programa, visando possibilitar reformas, preservações e ampliações das praças esportivas, bem como a aquisição de uniformes e materiais esportivos.

Artigo 3º - A solicitação deverá ser feita pelo próprio interessado, e nela constar a praça esportiva pretendida para “adoção” e sua proposta ou projeto a ser aplicado na respectiva área ou no fornecimento dos uniformes e materiais esportivos com os logotipos.

Artigo 4º - As obrigações a serem assumidas pelos convenientes serão especificadas no termo de parceria, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Artigo 5º - O prazo para parceria é de dois anos podendo ser renovado por igual período, caso haja interesse de ambas as partes e assim sucessivamente.

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

**PRESIDENTE**

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 -  
Maioria Simples.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 097/2017**

PROCESSO Nº 14813

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Dispõe sobre a criação da Central de Achados e Perdidos - CAP, no Município de Rio Claro).**

Artigo 1º - Fica por esta Lei criada no Município de Rio Claro, a Central de Achados e Perdidos - CAP, com o intuito de proporcionar a população em geral maior facilidade em encontrar objetos e documentos achados e perdidos.

Artigo 2º - O local de funcionamento da Central de Achados e Perdidos (CAP) será determinado pelo Poder Executivo Municipal, que também regulamentará a presente Lei, no que couber.

Artigo 3º - Todos os documentos entregues na Central de Achados e Perdidos (CAP) serão cadastrados quando de sua entrada, permanecendo à disposição do interessado.

Parágrafo Único - Fica definido que no prazo de 90 (noventa) dias após o cadastramento, caso não apareça o interessado, ficará a critério do Município o destino final destes objetos ou documentos.

Artigo 4º - Por meio do diário Oficial, Internet, imprensa oficial do Município e outros meios de comunicação, poderá ser divulgada relação contendo detalhamento dos objetos e documentos que estiverem em poder da CAP - Central de Achados e Perdidos.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 -  
Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 162/2017

PROCESSO Nº 14889

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som, portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados, parados ou em movimentação nas vias e logradouros públicos que venham perturbar sossego público e dá outras providências).**

Art. 1º - Fica expressamente proibido a utilização de equipamentos de som automotivo e equipamento sonoro de qualquer natureza, em qualquer tipo de veículo automotor, estacionado nas vias públicas ou privadas e demais logradouros do município, bem como em espaços privados de livre acesso ao público, tais como postos de combustíveis e estacionamentos, com emissão de sons ou ruídos em excesso, que possam perturbar o sossego público, independentemente do nível de intensidade sonora, especialmente no horário noturno, dispensando o uso de decibelímetro para sua aferição.

§ 1º - Entende-se por aparelhos de som, para os fins desta Lei, todos os tipos de aparelho eletroeletrônico reproduzidor, amplificador ou transmissor de sons, sejam eles de rádio, televisão, vídeo, cd, dvd, mp3, ipod, celulares, gravadores, viva-voz, instrumentos musicais ou assemelhados.

§ 2º - Entende-se por vias e logradouros públicos, para os fins desta Lei, a área compreendendo o leito carroçável, o meio-fio, as calçadas, a entrada e saída de veículos nas garagens e todas as áreas destinadas a pedestres.

§ 3º - Excluem-se das proibições estabelecidas no *caput*, veículos profissionais previamente adequados à legislação vigente e devidamente autorizados, também veículos publicitários utilizados em manifestações sindicais, populares e eventos de entidades religiosas.

§ 4º - A Administração Pública Municipal poderá fazer ampla divulgação da presente Lei, nos meios de comunicação do Município através de mídias apropriadas, inclusive em outdoors e afins.

§ 5º - A Administração Pública Municipal poderá disponibilizar, em sítio eletrônico - "site", formulário apropriado para que os cidadãos possam registrar, inclusive de forma anônima, suas denúncias, bem como indicar locais de ocorrência e de emissão de pressão sonora acima da permitida nesta Lei.

§ 6º - Para os efeitos desta Lei, considerar-se-á todo e qualquer equipamento de som automotivo rebocado, instalado ou acoplado nos porta-malas ou sobre a carroceria dos veículos e, ainda, os assemelhados.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

§ 7º - Para os veículos em movimento serão observadas as normas constantes do art. 228 do Código de Trânsito Brasileiro combinado com a Resolução nº 204, de 20 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e suas atualizações.

§ 8º - Não se incluirão na vedação do "caput" do Artigo 1º, sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados em carro de bombeiros, viaturas policiais, ambulâncias e alarmes automotivos quando os mesmos forem acionados em razão de tentativa de furto.

§ 9º - Durante o período eleitoral deverão ser observadas as determinações da Justiça Eleitoral, em relação aos veículos automotores que portarem aparelhos de som.

Art. 2º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará a aplicação de multa no valor de 1000 UFMRC ao condutor do veículo e/ou ao possuidor do aparelho sonoro que for a fonte de emissão da pressão sonora ou ruídos, valor que será dobrado na primeira reincidência e quadruplicado a partir da segunda reincidência, sem prejuízo das demais penalidades porventura aplicáveis.

§ 1º - A atuação dos agentes de fiscalização, secretaria de meio ambiente e rendas mobiliária poderão ocorrer independentemente de denúncia ou reclamação.

Art. 3º - Constatada a irregularidade a autoridade municipal responsável pela fiscalização e/ou agente público delegado com tal finalidade poderá apreender provisoriamente o aparelho de som ou o veículo no qual ele estiver instalado, o qual será só liberado, após o pagamento da multa que trata no artigo 2º.

§ 1º - O proprietário do veículo responderá por eventuais custas de remoção e estadia.

§ 2º - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da multa prevista nesta Lei, o condutor e o proprietário do veículo utilizado no cometimento da infração às posturas municipais, independentemente da apuração de qualquer outra responsabilidade, se houver.

§ 3º - A Guarda Municipal de Rio Claro poderá fiscalizar a aplicação desta Lei, bem como os fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e os fiscais do Departamento de Rendas Mobiliárias.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Lei Municipal nº 4624/2013, de 10 de dezembro de 2013.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 18 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 21/08/2017 - Maioria Absoluta.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 079/2017**

**(Autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Digital de Identificação das árvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do município de Rio Claro, com a utilização de aplicativo de internet e dá outras providências).**

Artigo 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a instituir o Sistema Digital de Identificação de árvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do município de Rio Claro, com a utilização de aplicativo de internet.

Artigo 2º - O Sistema Digital de Identificação deverá armazenar informações como a espécie da planta, qual a origem, quando foi cultivada, que período floresce, se produz frutos comestíveis, entre outros dados pertinentes.


Artigo 3º - O aplicativo aludido no artigo 1º deverá possibilitar a qualquer usuário interessado baixar o programa de leitura gratuitamente em um "smartphone" e acessar os dados.

Parágrafo Único - O código poderá ser impresso em um cartão de PVC, tipo crachá permitindo que o interessado ao se aproximar do cartão obtenha informações no seu aparelho.

Artigo 4º - O Poder Executivo poderá regulamentar à presente Lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 02 de maio de 2017.

  
**JOSE JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Vereador "Julinho Lopes"  
Vice-Presidente  
Líder do PP

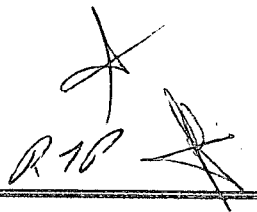
**PARECER JURÍDICO Nº 79/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
79/2017, PROCESSO Nº 14785-772-17.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 079/2017, de autoria do nobre Vereador José Julio Lopes de Abreu, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Digital de Identificação das árvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do município de Rio Claro, com a utilização de aplicativo de internet e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials, possibly "R 10", in the bottom right corner of the page.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei visa **autorizar** o Poder Executivo Municipal a instituir o Sistema Digital de Identificação das árvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do município de Rio Claro, com a utilização de aplicativo de internet.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se **reveste de legalidade**.

Rio Claro, 25 de maio de 2017.

  
Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 079/2017

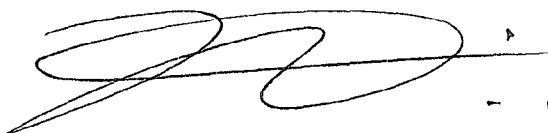
PROCESSO 14.785.772-17

PARECER Nº 098/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Digital de Identificação das árvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do município de Rio Claro, com a utilização de aplicativos de internet e dá outras providências.

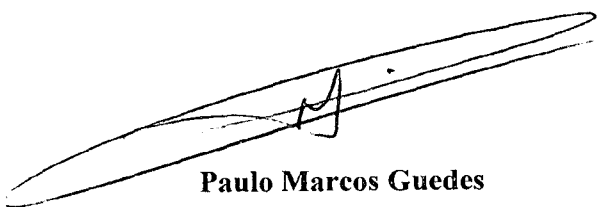
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 26 de maio de 2017.



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**



**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**

**Rafael Henrique Andreetta**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 079/2017

PROCESSO 14.785.772-17

PARECER Nº 093/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Digital de Identificação das arvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do município de Rio Claro, com a utilização de aplicativos de internet e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 17 agosto de 2017.

  
Paulo Rogério Guedes

Presidente

  
José Claudinei Paiva  
Relator

Maria do Carmo Guilherme  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA  
URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 079/2017

PROCESSO 14.785.772-17

PARECER Nº 038/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Digital de Identificação das árvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do município de Rio Claro, com a utilização de aplicativos de internet e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 03 de agosto de 2017.



**José Júlio Lopes de Abreu**  
Presidente

**Dermeval Nevociro Demarchi**

Relator



**Yves Raphael Carbinatti Ribeiro**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 079/2017

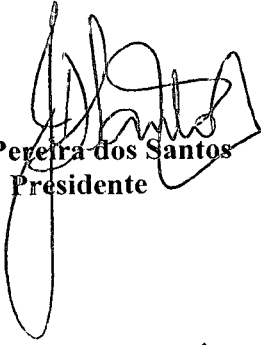
PROCESSO 14.785.772-17

PARECER Nº 065/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Digital de Identificação das árvores existentes nos logradouros públicos da zona urbana do município de Rio Claro, com a utilização de aplicativos de internet e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 05 de junho de 2017.

  
José Pereira dos Santos  
Presidente

Paulo Marcos Guedes  
Relator

  
Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Membro